

O CONTEMPORÂNEO NA PERIFERIA VIVA: A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NA MODERNIDADE PANDÊMICA DE BELO HORIZONTE

Ives Teixeira Souza¹

Resumo

Este artigo apresenta hipótese sobre o que seria o contemporâneo em Belo Horizonte durante a pandemia de Covid-19. Para isso, propõe-se uma análise sobre comunicação estratégica a partir da Periferia Viva, uma rede de articulação formada por uma centena de coletivos que teve como objetivo minimizar as consequências sociais da pandemia. A análise faz emergir tensionamentos sobre a política temporal de Belo Horizonte, de modo a possibilitar a conclusão que a Periferia Viva atuou a partir de uma comunicação estratégica com e pelo cotidiano de moradores de territórios periféricos da cidade, de modo a incluí-los em um mesmo contemporâneo, o que contribuiu para compor uma das permanências de Belo Horizonte: sua modernidade.

Palavras-chave

Belo Horizonte; políticas do tempo; comunicação estratégica

Abstract

This article presents a hypothesis about what contemporary would be like in Belo Horizonte during the Covid-19 pandemic. For this, an analysis is proposed on strategic communication from Periferia Viva, an articulation network formed by a hundred collectives that aimed to minimize the social consequences of the pandemic. The analysis brings up tensions about the temporal policy of Belo Horizonte, in order to allow the conclusion that Periferia Viva acted from a strategic communication with and through the daily life of residents of peripheral territories of the city, in order to include them in the same contemporary, which contributed to compose one of the permanences of Belo Horizonte: its modernity.

Keywords

Belo Horizonte; time's politics; strategic communication

¹ Doutorando, mestre e bacharel em Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Temporona: Coletivo de ações em Temporalidades e Narrativas da mesma instituição. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). E-mail: ives@ufmg.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2726979652076662> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4516-3159>

Introdução

Belo Horizonte. O nome escolhido para a capital de Minas Gerais, criada na última década do século XIX, após a idealização da Constituição estadual em 1891, pode também significar uma possibilidade de futuro, horizonte a ser trilhado, um caminho a ser percorrido por quem nela habita e que também funda seus próprios percursos imersos em meio a uma cidade pretensamente vocacionada para ser o centro da modernidade de Minas no Brasil. Não à toa, ela foi planejada e executada em terras do Arraial do Curral del-Rey, totalmente destruído para dar espaço aos ideais do progresso almejado para a capital da então província que junto à de São Paulo dominava o cenário político e econômico brasileiro.

Quando são comemorados os 125 anos de Belo Horizonte (BH), a pretensão é analisar BH por um momento específico desse ínterim, mais precisamente para o ano de 2020, na emergência da pandemia de Covid-19 e da necessidade da prática de distanciamento social em decorrência da proliferação do SARS-Cov-2. O que seria o contemporâneo em Belo Horizonte durante a pandemia de Covid-19? É essa a pergunta que norteia esse trabalho, que pretende investigar tal questão em uma imersão na rede Periferia Viva, entendida enquanto comunicação estratégica (SOUZA; PIMENTA; VARGENS, 2023).

A rede foi composta por quase uma centena de coletivos da capital mineira com o objetivo de propor articulações, aproximações, vínculos entre essas iniciativas que atuavam em territórios periféricos da cidade a fim de mitigar as consequências da pandemia de Covid-19 nas questões de alimentação, de saúde, de acesso às informações científicas sobre a doença, entre outras. Este trabalho, inserido em pesquisa mais ampla que discute as políticas do tempo de BH, entende que para além de uma possibilidade de ação a longo prazo, a estratégia pode ser compreendida a partir da prática cotidiana, pelas relações das estratégias criadas tanto pelos sujeitos quanto pelas organizações (OLIVEIRA; PAULA, 2012). Inclusive, com essas relações entre os sujeitos sendo uma unidade elementar de análise, conforme indicaram Pérez e Mazzoni (2009). Por isso, a Periferia Viva surge como possibilidade a ser observada para a resposta da pergunta que motiva este trabalho, visto que o contemporâneo se dá pelas relações entre as temporalidades dos sujeitos (MUDROVICIC, 2018).

Para tanto, na primeira parte deste trabalho, será realizada breve discussão sobre as políticas do tempo de BH, desde a fundação até pouco antes da pandemia. Em seguida, será apresentado o modo de funcionamento da rede Periferia Viva. Assim, após o panorama, será possível realizar a análise, que parte do entendimento da comunicação estratégica na Periferia Viva, para apresentar resultados sobre indícios do contemporâneo em Belo Horizonte durante a pandemia de Covid-19.

Na modernidade de Belo Horizonte

Mudrovcic (2018) conceitua as políticas do tempo como ações capazes de constituir o outro, ao mesmo tempo em que o exclui do presente. Não do presente entendido enquanto cronológico, mas daquele que estabelece certo contemporâneo. É menos uma sincronização do tempo, e mais uma sincronia sobre os modos comuns de ser e estar no mundo, o ser contemporâneo. Minas Gerais, região que desde o século XVII concentrava o maior conjunto populacional do Brasil devido à exploração mineral, ganhou sua nova capital na última década do século XIX, mais precisamente em 1897. Mudrovcic (2018) ressalta a importância desse século para o estabelecimento de um tempo cronológico, contínuo e universal que faz um mesmo presente não ser compartilhado por todos.

Ser contemporâneo no século XIX significa pertencer a uma classe homogênea cuja característica é ter deixado para trás um passado feudal. Os contemporâneos são aqueles que habitam no estado moderno. O estado moderno se transforma na norma política que permite discriminar no presente os "outros", que são aqueles que vivem sob outras normas políticas (os primitivos). Mas também o estado moderno permite discriminar retrospectivamente. O passado só pertence aos mortos que haviam contribuído para o alcance do estado moderno, mas há povos "sem história" que embora habitassem o passado não foram aqueles que contribuíram para alcançar o presente contemporâneo. (MUDROVCIC, 2018, p.13, tradução nossa).²

Em outras palavras, estar em um mesmo presente não faz dessas pessoas contemporâneas. Em Belo Horizonte, por exemplo, a cidade planejada, desenhada e construída enfrentava, de acordo com Paula (2018), há dois principais desafios. O primeiro era substituir a antiga capital, Ouro Preto, símbolo máximo do ciclo do ouro e, portanto, das tradições do Brasil colonial e imperial, com o objetivo de representar os valores de uma modernização positivista. O segundo desafio era construir uma cidade que não deixasse resquícios do que havia ali anteriormente: o Arraial do Curral del-Rey, cuja existência remonta ao século anterior. Era uma cidade que com base na ciência positivista e na força do poder disciplinador do Estado, segregou, desde sempre, os antigos habitantes excluídos do Arraial, separando os moradores que compunham a cidade planejada e os residentes que viviam à margem dessa oficialidade para além das colô-

² No original: "Ser contemporâneo en el siglo XIX significa pertenecer a una clase homogénea cuya característica es haber dejado atrás a un pasado feudal. Los contemporáneos son los que habitan en el estado moderno. El estado moderno se transforma en norma política que permite discriminar en el presente a los "otros", que son aquellos que viven bajo otras normas políticas (los primitivos). Pero también el estado moderno permite discriminar retrospectivamente. El pasado sólo pertenece a los muertos que han contribuido a alcanzar el estado moderno, pero hay pueblos "sin historia" que si bien habitaron el pasado no fue aquel que contribuyó a alcanzar el presente contemporáneo."

nias agrícolas. Eram coetâneos, mas não contemporâneos, de acordo com a definição de Mudrovcic (2018). Entre as múltiplas resistências ocorridas nestes 125 anos estavam as ocupações, por moradores, das áreas não executadas do planejamento idealizado no século XIX, que em um futuro mais que centenário, seriam os territórios que formaram a rede Periferia Viva.

As ações articuladas, que tinham o objetivo de diminuir as consequências da pandemia de Covid-19 na vida ordinária dos moradores que compuseram a rede da Periferia Viva, parecem ir ao encontro do ideal pretendido para Belo Horizonte quando da sua idealização, presente na primeira constituição republicana do Estado de Minas Gerais: a cidade do futuro, do centro financeiro, intelectual e industrial de um Estado que precisava voltar a ser sinônimo de prosperidade e desenvolvimento (IMPrensa OFICIAL, 1891). Entretanto, a oficialidade buscava a modernidade, mas era insubordinada às próprias regras. Na política temporal da cidade, era o contraponto da oficialidade para alguns e da invasão para outros.

Afinal, quais eram os sujeitos que poderiam ocupar essa cidade? Quem seriam os contemporâneos? A mesma elite que dominava o poder político e econômico mineiro, representada, naquele momento, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Nas palavras de Brandão (2018), uma cidade preenchida “por aqueles que, vindos do passado e de fora, só poderiam firmar acordos e amizades depois de já alocados no espaço estranho do progresso prometido pela modernidade”. (BRANDÃO, 2018, p.25). Nesse sentido, a proposta de modernidade para BH parecia unificar, mas, ao contrário, representava a constituição de um pensamento científico europeu, considerado o ideal a ser seguido, a partir da idealização de uma cidade capaz de transpassar o tempo, as culturas, as gerações - as ruas com nomes de tribos indígenas, da literatura modernista, da criação, nos anos 1930 e 1940, da Lagoa da Pampulha e de seu complexo arquitetônico para proveito dessa elite.

Essa prática de cidade moderna presente em BH vai ao encontro do entendimento de Quijano (2000; 2005), que compreende a América Latina enquanto despojada de suas dimensões históricas e temporais para dar espaço e sentido para uma incerta ideia de desenvolvimento em que o pressuposto é uma condição linear do processo de modernidade (QUIJANO, 2000). Para ele, a modernidade passa a ser um modo de conhecimento, entendido enquanto racional, que emerge no século XVII dos centros hegemônicos do capitalismo europeu desde aquele período. Pelo modo de experimentar essa modernidade nas colônias, com relações próprias que vão sendo cada vez mais subjetivas e, portanto, naturalizadas, irrompe - como se as relações estivessem dadas de tal modo que sejam as únicas a serem cumpridas - a noção de colonialidade, ato contínuo de dominação material e subjetiva que forja, inclusive, as identidades sociais e raciais em categorias homogeneizantes.

No caso da modernidade de Belo Horizonte, que se pretendia a esse projeto moderno da Europa, sua base real é a modernidade/colonialidade, visto que os tempos do

chamado desenvolvimento não apresentam a sincronia única daqueles que as criaram (diante do objeto de desejo tomado por definições dos imaginários vindos da Europa) e, por isso, aparecem sempre em dessincronia com o desejado. Tal característica foi exemplificada por Paula (2018), que aponta ser a representação de BH enquanto uma cidade construída a partir de uma modernidade sem conflito, uma cidade das oportunidades para aqueles que ali chegam, não ser mais sustentável diante do atravessamento do “sofrimento que se impõe aos que da cidade só têm direito ao trabalho precário, à vida precária. A cidade inteira tem sido a cidade de gente partida que, ainda assim, não desiste e reivindica seu “direito à cidade”” (PAULA, 2018, p.179).

Tal movimento pode ser exemplo do que propõe Mudrovcic (2018) ao afirmar que a coetaneidade temporal não é uma garantia dos sujeitos viverem em um mesmo presente político, portanto, em uma contemporaneidade político-cultural. Nessa dessincronia dada quando se entende o tempo apenas de modo linear e universal, o que é contemporâneo, desde o século XIX, é dado pela norma do “estado moderno”, que estabelece quais são os outros, aqueles que não têm direito à cidade e que precisam se colocar em processo de reivindicação, ao fazer da Periferia Viva a força necessária que colabora para a sobrevivência em meio a uma pandemia de Covid-19.

É diante dessa cidade em disputa que, ao buscar entender como o jornalismo está inserido e busca se inserir na memória belo-horizontina, Amormino (2020) percebeu pelo projeto jornalístico “BH 120 anos”, produzido pelo jornal Estado de Minas, ser a memória representada pelo jornal a mesma que a memória da oficialidade institucional sobre a capital: a região Centro-Sul e o Conjunto Moderno da Pampulha - considerado, desde 2016, Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para a autora, “Evidenciam também escolhas sobre a não-valorização dos lugares para além da Avenida do Contorno, a periferia, as esquinas que não estão ali registradas, reiterando um discurso oficial da memória de Belo Horizonte que tende a fazer o mesmo gesto excludente”. (AMORMINO, 2020, p.13). O especial jornalístico, alertou Amormino (2020), propôs também um futuro desejado para a capital, uma cidade em torno das *startups*, representado como o ideal de modernidade a ser seguido. No entanto, reforçar esse ideal de modernidade, menos que dizer de um futuro, diz dessa política do tempo que marca a história de Belo Horizonte em prol dessa modernidade baseada em desenvolvimento, progresso e, agora, tecnologia.

Resultado semelhante foi encontrado por Costa (2019), que ao indagar sobre o que é moderno e eterno em Belo Horizonte analisou uma exposição também em comemoração aos 120 anos da capital mineira, festejado em 2017, que tinha essa indagação como título. O discurso da “cidade moderna” ainda está presente, tanto que ao celebrar o aniversário da cidade, principalmente nas efemérides, a temática volta a ter destaque. Na exposição estudada pela autora, a protagonista é a Igreja da Pampulha, mas houve espaço para outros monumentos como o Viaduto Santa Tereza, o Estádio Mineirão, a

Praça do Papa e o Edifício Niemeyer. Todos representando monumentos de certa modernidade belo-horizontina, composta pela Pampulha e pela região Centro-Sul, territórios de sociabilidade da chamada elite social da cidade. “Fica evidente, portanto, o tom de reverência a monumentos icônicos, a personalidades históricas, e a um passado exótico” (COSTA, 2019, p. 226), em que parece existir certa urgência em torno desse discurso moderno, ao propor, ainda, em um movimento contínuo, exclusões, para uma modernidade futura, em torno daquele ou daquilo que não se adequa à política temporal proposta para a cidade. Portanto, na modernidade de Belo Horizonte pouco antes da pandemia, apresentada por Amormino (2020) e Costa (2019), as marcas do que era contemporâneo em Belo Horizonte estavam realçadas. E nela, os habitantes dos territórios periféricos que compuseram a rede Periferia Viva não estavam inseridos. No momento seguinte, são essas relações e as características da rede que serão explicadas.

A Periferia Viva

Se Brandão (2018) preferiu se ocupar das modernidades das esquinas da cidade planejada por entre os contornos de Aarão Reis, engenheiro coordenador da construção da capital, este trabalho tem a intenção de se ocupar das margens, pelas margens. A ocupação informal da cidade deu-se a partir das zonas coloniais agrícolas, idealizadas no plano diretor original, e da não finalização do planejamento executado (AGUIAR, 2018). Se em 1964, 5,25% moravam em áreas informais, as “favelas” (AGUIAR 2018), esse número corresponde a 15% da atual população, o que são mais de 400 mil pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IBGE, 2022). Mudrovcic (2018) alerta que ao entender a norma (no caso aqui a modernidade) a partir de uma lógica linear, que se propõe a ser universal, o presente é construído a partir de definições que sugerem algo como atrasado. Como dito anteriormente, esse modo de definir e agir sobre o tempo, o qualificando, é o que ela chama de políticas do tempo, em que o tempo cronológico não é entendido enquanto desinteressado - apenas apto para nomear passado, presente e futuro - pois pode ser compreendido como resultado dessas políticas.

O termo "política" não deve ser entendido como sinônimo de ideologia ou de valores políticos, mas como uma forma de autoridade que, no caso específico do tempo, determina quem ou quem pertence ao presente, quem são meus contemporâneos. As políticas do tempo consistem num conjunto de operações que, uma vez que sancionam o que é próprio ou característico do presente, constroem um "outro" excluindo-o diacrônica ou sincronicamente desse presente, o outro é anacrônico. O outro não é meu contemporâneo. (MUDROVCIC, 2018, p.10).³

³ No original: “El término “política” no debe ser entendido como sinónimo de ideología o de valores políticos, sino como una forma de autoridad que, en el caso específico del tiempo, determina qué o

Portanto, neste trabalho, os moradores de territórios periféricos, que na política do tempo de Belo Horizonte são compreendidos como não contemporâneos do ideal almejado da cidade moderna, têm suas potencialidades reivindicadas. Em plena pandemia de Covid-19, por exemplo, a periferia de Belo Horizonte foi atravessada por uma articulação em rede para apoiar iniciativas que tinham o objetivo de combater os efeitos da pandemia no cotidiano dos moradores. Essa articulação, denominada Periferia Viva, que aconteceu entre abril e dezembro de 2020, foi coordenada pelo projeto de extensão Comunicação Solidária Covid-19, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi ao buscar a aproximação entre sujeitos e territórios que mais de 25 alunos dos cursos da área de Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade) da UFMG, a partir de abril de 2020, após a emergência da pandemia de Covid-19, compuseram o projeto de extensão Comunicação Solidária Covid-19, coordenado por professores do Departamento de Comunicação Social da universidade, também pertencentes ao então grupo de pesquisa Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública (Mobiliza).

Outro realizador do projeto foi a Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), instituição forjada a partir de um projeto de extensão do mesmo Departamento, nos anos 1990. A agência, sem fins lucrativos, é composta por diversos profissionais formados no curso de Comunicação Social da UFMG e realiza projetos de comunicação e articulação social e cultura junto a coletivos e grupos comunitários “que têm causas de interesse coletivo diverso e que estão majoritariamente em territórios periféricos e marginalizados” (FARIA; SÃO PEDRO; VARGENS, 2021, p.2). Como explica Fernandes (2021), por não haver bolsas específicas de extensão, foram recrutados voluntários tanto da graduação quanto da pós-graduação, orientados pelos professores e pelos 10 profissionais da AIC que participaram da ação, com o objetivo de atuarem em suas demandas de interesse e das necessidades dos grupos que compuseram a rede Periferia Viva. Fernandes (2021) afirma que

Foi incentivado o trabalho conjunto entre os voluntários do projeto de extensão e as lideranças comunitárias, que representavam uma série de iniciativas locais. Os objetivos em comum: a potencialização de ideias geradas nas periferias, o engajamento da sociedade civil [...] e a ampliação da visibilidade geral sobre os efeitos da pandemia nas vidas de famílias, grupos e comunidades vulnerabilizadas nas periferias. (FERNANDES, 2021, p. 2).

É válido ressaltar que a necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia modificou o fazer da extensão realizada há vários anos na parceria entre a UFMG

quiénes pertenecen al presente, quienes son mis contemporáneos. Las políticas del tiempo consisten en un conjunto de operaciones que, a la vez que sancionan lo que es propio o característico del presente, construyen un “otro” excluyéndolo diacrónica o sincrónicamente de ese presente, el otro es anacrónico. El otro no es mi contemporáneo.”

e a AIC. De um trabalho realizado presencialmente, em constante contato físico entre os públicos, passou-se a ser um relacionamento intermediado pelas trocas constantes realizadas por meio de plataformas digitais, como o WhatsApp. (SOUZA; PIMENTA; VARGENS, 2021). De maneira geral, cerca de 170 mil pessoas foram contempladas no ano de 2020 pelas ações do projeto de extensão em prol de “fortalecer em termos de visibilidade, articulação e mobilização as iniciativas de enfrentamento aos efeitos da pandemia em territórios periféricos e marginalizados que já haviam emergido e que estavam em curso, protagonizadas por públicos dessas localidades” (FARIA et al., 2021, p.4). Entre os resultados alcançados pela rede Periferia Viva (composta por mais de 108 coletivos cadastrados), alguns foram destacados pelas autoras, como: atendimento psicossocial para mais de 30 pessoas, relatórios mensais sobre a violação de direitos enviados ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), serviços em assessoria de comunicação para 15 coletivos, R\$ 274.000,00 captados via editais para quase 30 grupos, R\$ 61.305,00 arrecadados em campanhas online para as iniciativas e 2500 kits distribuídos contendo máscaras de proteção e materiais informativos sobre prevenção da Covid-19 e violências doméstica (FARIA et al., 2021, p. 5).

No entanto, não foi possível quantificar apenas esses resultados como os alcançados pela rede Periferia Viva, que atuava em frentes de atuação que se articulavam mutuamente, como a de escuta e articulação social (diagnóstico dos problemas dos coletivos), a de assessoria de comunicação às iniciativas (elaboração de campanhas e assessoria), a de produção de conteúdo sobre elas (conteúdo jornalístico publicado em blog próprio) e a de prospecção de parcerias (busca por financiadores).

Pela conversa do cotidiano, pelas trocas de impressões, os sujeitos foram percebendo que os problemas não estavam somente na sua casa, e não eram mais individuais. O problema era coletivo e exigia uma ação conjunta. Tivemos relatos de pessoas que nunca haviam se conectado a um grupo, entidade ou coletivo, mas que diante de tantos batendo à sua porta em busca de comida, se viram impelidas a buscar ajuda e acionar outras redes. (FARIA et al, 2021, p.4).

Diante das múltiplas necessidades em prol da sobrevivência em meio a uma pandemia, como visto acima, a Periferia Viva ocupou uma possibilidade de ação necessária, em que a comunicação foi essencial. E mais do que isso, possibilitou que a rede fosse compreendida enquanto comunicação estratégica. É essa a argumentação que será apresentada a seguir.

Em uma comunicação estratégica

Ao analisarem o primeiro encontro da Periferia Viva, que reuniu, por meio do Zoom, um aplicativo de reuniões on-line, mais de 50 pessoas com o objetivo de discu-

tirem sobre o modo de agir em rede, com suas dificuldades e aprendizados, Pimenta, Henriques e Machado (2020) entenderam que diante das relações tensionadas pela sociabilidade imposta pela pandemia, houve um movimento estratégico dos grupos. Sem ser uma denúncia sobre as condições de vida, de acordo com os autores, houve no encontro a valorização da comunidade a partir do fortalecimento das relações anteriores entre os grupos a partir da construção da rede Periferia Viva. Mesmo que para isso fosse necessário se contrapor à falta de empatia diante das realidades que dividem, feito um muro, aqueles que não estavam na periferia. Em uma rede de grupos com perfis heterogêneos, explicam os autores que

Cabe também ressaltar a visão de futuro que esses coletivos apresentaram, não apenas sobre o fortalecimento dessa rede, inserida e atravessada por outras redes mais, como também para a formação do comum no cenário já transformado pela pandemia. Estas esperanças são traduzidas, por exemplo, pelo desejo em se explorar as possibilidades do mundo digital e ampliar seus espectros de atuação, tecer novas redes e levar as causas das periferias para mais pessoas. (PIMENTA; HENRIQUES; MACHADO, 2020, p. 104).

É a partir dessa possibilidade que o processo comunicacional precisa ser entendido como algo não natural a ser produzido pelos sujeitos. Como destacam Oliveira e Paula (2012), há a necessidade de uma abordagem da comunicação que permita o entendimento enquanto um processo intencional guiado por certas estratégias, a partir de uma aproximação que reconhece os múltiplos processos de interação no fazer comunicacional dos sujeitos em público, seja individualmente ou a partir das organizações nas quais fazem parte, como no caso dos coletivos que compunham a Periferia Viva. A estratégia como prática, que as autoras recuperam de Richard Whittington, permite a compreensão de que as pessoas, os sujeitos em ação, criam estratégias em seus cotidianos, de modo que as estratégias também extrapolam à apenas aquelas idealizadas e executadas a partir das organizações (OLIVEIRA; PAULA, 2012). Lima (2014), a partir da Nova Teoria da Estratégia (PÉREZ; MAZZONI, 2009) destaca que “a comunicação é entendida como uma dimensão da estratégia na medida em que medeia as relações que a instituem e, recursivamente, a estratégia é compreendida como disposições estruturadas que conformam as interações entre os sujeitos (a comunicação)”. (LIMA, 2014, p. 364).

Nesse sentido, em estudo sobre a comunicação estratégica da Periferia Viva, a partir de uma análise das interações comunicacionais dos coletivos que compuseram a rede, Souza, Pimenta e Vargens (2023) afirmam que a estratégia utilizada pela rede foi a de uma luta pela sobrevivência contra os negacionistas sobre a situação pandêmica, de modo que o entendimento da comunicação estratégica, entendida enquanto prática social, por parte dos componentes da rua foi fundamental para ir além de um entendimento da comunicação apenas como uma informação a ser transmitida e mais como

Um processo constituinte das organizações a partir de ações espontâneas do contexto organizacional ou intencionalmente conduzidas pelos públicos que compõem essas relações comunicacionais. Bem longe de ter como base um planejamento rígido, a proposta na Periferia Viva foi uma interação permanente entre os públicos, em uma constante disputa de sentidos, imersa em uma complexidade que um rígido planejamento não era capaz de se sustentar. (SOUZA; PIMENTA; VARGENS, 2023, p. 99).

Foi o entendimento sobre a comunicação estratégica que possibilitou, de acordo com os autores, que diante das incertezas próprias de uma pandemia, houvesse um ganho aos moradores para que eles pudessem ser entendidos enquanto detentores de direitos, capazes de lutar pela sobrevivência, o que neste trabalho podemos considerar enquanto aptos a subverterem a norma e a ocuparem o contemporâneo. Entre os exemplos,

O projeto contou com uma plataforma que reuniu um conjunto de ações para conectar, no contexto pandêmico, quem precisava de ajuda com quem poderia ajudar. Mais do que isso: nos oito meses de atuação, a Periferia Viva, que também colaborou para diminuir a sensação de fome de milhares de famílias, teve como principal contribuição o fazer coletivo. Foi o chamamento em rede, por exemplo, que possibilitou a organização de informações e a potência do falar em nome/por coletivos da rede com o objetivo de articular doações de variados gêneros, principalmente os alimentícios (SOUZA; PIMENTA; VARGENS, 2023, p. 104).

Nesse sentido, os autores destacam a presença da comunicação estratégica enquanto prática social para a estruturação contínua dos coletivos e iniciativas de territórios, como no Morro das Pedras e no Aglomerado da Serra, ambas na região centro-sul da cidade (a que apresenta maior Índice de Desenvolvimento Humano). As conclusões, de acordo com eles, indicaram que apesar das intensidades e os modos dessas relações entre os coletivos serem distintas, a percepção foi que o fazer da comunicação propiciou ações que possibilitaram aos moradores serem sujeitos em coletivo e em rede.

Desse modo, ao apresentar o dinamismo necessário para uma situação de dificuldade de fazer previsões e planejamentos como em uma pandemia, sem esquecer-se da complexidade que envolve as relações, a comunicação estratégica entendida enquanto prática social adquiriu, ao se dar na ação cotidiana dos sujeitos que compõem os coletivos periféricos, um sentido potente para dizer sobre uma rede formada em uma cidade marcada por certas permanências sobre o ser ou não ser contemporâneo.

Considerações finais

Diante da impossibilidade de apreender o que seria o contemporâneo de Belo Horizonte, como um todo, durante a pandemia de Covid-19, o exercício foi perceber uma parte, reconhecida enquanto potência para tal. A partir dos tensionamentos que emergiram da observação de uma rede que opera com os não contemporâneos, o uso da comunicação estratégica na Periferia Viva foi apresentado como a exemplificação da tentativa de inclusão desses sujeitos que compuseram a rede no que constitui a modernidade de Belo Horizonte.

Ao ser compreendida como política do tempo (MUDROVCIC, 2018), essa modernidade expõe sua força nas ações que dizem sobre uma data de celebração da cidade, quando dos 120 anos, em que são estabelecidos como contemporâneos a vocação tecnológica e o Conjunto da Pampulha (AMORMINO, 2020; COSTA, 2019). Pouco depois, a Periferia Viva propôs a presença de não contemporâneos aonde a esses não era permitido sobreviver. Para isso, a comunicação estratégica que perpassou e conformou a Periferia Viva de uma pretensa comunicação instrumental com rigidez dos planejamentos para uma permanente interação entre os sujeitos, em uma complexa e constante disputa de sentidos (SOUZA; PIMENTA; VARGENS, 2023), tornou-se exemplo sobre a permanência dessa política do tempo estabelecida na cidade.

Apesar das limitações da abordagem do trabalho, foi possível inferir que a Periferia Viva conseguiu agir sobre a política do tempo da cidade, de modo a ocupar a modernidade de BH que rememora suas lutas com seus sujeitos que estão nesses territórios periféricos, a ponto de fazerem dele lugar de uma memória futura, imaginada e idealizada por suas próprias ações, mesmo diante de adversidades inimagináveis, como a pandemia de Covid-19. A Belo Horizonte que luta por fazer valer seus ideais de modernidade – capaz de estabelecer contemporâneos e não contemporâneos, que se entende enquanto política do tempo da capital mineira – precisou reconhecer pela Periferia Viva a ação dos sujeitos que compõem seus territórios periféricos. Diante e por esses sujeitos foram tecidas redes de comunicação que tentaram romper, no inusual proporcionado pela pandemia, a fronteira que demarca a cidade em contemporâneos e não contemporâneos, de modo a constituir uma Belo Horizonte insubmissa, ainda que em sua mesma política do tempo.

Referências

AGUIAR, Tito Flávio Ribeiro. Subúrbios e colônias agrícolas: morar e trabalhar nas bordas da cidade. In: In: Dutra, E. F.; Boschi, C. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018. p.81-98.

AMORMINO, Luciana. BH 120 anos: temporalidades e memória em narrativas jornalísticas sobre o aniversário da cidade. In: **XIX Encontro Anual da Compós**, 2020, Campo Grande (MS). Anais do XIX Encontro Anual da Compós, 2020, p.1-21.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Belo Horizonte entre palavras e formas: o que restou da modernidade? In: Dutra, E. F.; Boschi, C. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**, Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018, p. 21-40.

COSTA, Débora Veríssimo. Moderno e eterno: sobre os discursos de modernidade em Belo Horizonte. **Patrimônio e Memória**. Assis (Brasil), 2019, p. 215-230.

FERNANDES, Gabriela Meireles Caldas. A extensão universitária como propulsora de mobilizações sociais no contexto da pandemia. In: **XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, 2021, São Paulo. Anais do XV Congresso Abrapcorp.

FARIA, Raíssa Fernandes.; SÃO PEDRO, Emanuela de Avelar; VARGENS, Nathália Freitas. Periferia Viva: Formação e Mobilização de Públicos Pelo Enfrentamento aos Efeitos da Pandemia. In: **XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, 2021, São Paulo. Anais do XV Congresso Abrapcorp.

IMPrensa OFICIAL. **Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais**. Ouro Preto (Brasil), 1981.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). **Domicílios particulares em aglomerados subnormais, por localização**, 2010. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9678&t=destaques>. Acesso em: 08 de mar. 2022.

LIMA, Fábica Pereira. **A dimensão comunicacional da estratégia: a estratégia organizacional como prática comunicativa na Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Universidade de São Paulo), 2014, pp.406.

MUDROVICIC, Maria Ines. **Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?**. Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida de Paula. Processos e estratégias de comunicação no contexto das organizações. In: Ivone de Lourdes Oliveira; Fábila Pereira Lima.. (Org.). **Propostas conceituais para comunicação no contexto organizacional**. 1ed.São Caetano do Sul\SP: Difusão Editora,, v. 1, 2012, pp. 67-78.

PAULA, João Antônio de. Belo Horizonte - quais horizontes? In: Dutra, E. F.; Boschi, C. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**. Belo Horizonte: BDMG Cultura, 2018, p.171-179.

PÉREZ, Rafael Alberto; MASSONI, Sandra. **Siete cambios que transformaron la estrategia**. In: **Hacia una teoría general de la estrategia**. Barcelona: Ariel Comunicación, 2009, p. 105-122.

PIMENTA, Laura Nayara; HENRIQUES, Márcio Simeone; MACHADO, Marlene Pereira. **Fatores de (des)mobilização social no enfrentamento à pandemia de Covid-19 pelas populações periféricas de Belo Horizonte, Minas Gerais**. Revista Dispositiva.[on-line] Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva>>Dossiê: Comunicação, política e saúde, v.9, n.16, Belo Horizonte, dezembro de 2020, p.87-106. Acesso em: 3 out. 2022.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **El fantasma del desarrollo del desarrollo en América Latina**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, n. 1, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 2000, p. 38-55. Disponível em: <<https://bit.ly/2GFM4KK>>. Acesso em 15 nov. 2022.

SOUZA, Ives Teixeira; PIMENTA, Laura Nayara; VARGENS, Nathália Freitas. **O tecer de uma rede: a Periferia Viva enquanto comunicação estratégica**. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; GENEROSO, Isaura Mourão; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Pesquisar em contextos de exceção: desafios da comunicação organizacional. Selo PPGCOM/UFMG, Belo Horizonte, 2023.

SOUZA, Ives Teixeira; PIMENTA, Laura Nayara; VARGENS, Nathália Freitas. **Comunicação Solidária Covid-19: uma experiência comunicacional de extensão pela manutenção da vida nas periferias de Belo Horizonte**. In: V Congresso de extensão da AUGM: universidade e sociedade conectadas para a o desenvolvimento regional sustentável, 2021, Santa Maria, Brasil. Anais do V Congresso de Extensão da AUGM. Santa Maria (RS/Brasil): UFSM, 2021.